

## CDS quer IRS com menos taxas, escalões e exceções

10 Maio 2011 | 13:45

Rita Faria

Paulo Portas defendeu hoje uma reforma no IRS que contemple redução de escalões e de taxas, e a concessão de créditos fiscais às PME que aumentem a capacidade exportadora e o emprego.

O líder do CDS/PP destacou hoje, à margem da conferência “União Europeia e a Política Fiscal”, dois pontos do manifesto do partido, que será divulgado esta semana. Esses dois pontos, que o responsável pelo CDS considera essenciais, prendem-se com a reforma e simplificação do IRS, e com a concessão de créditos fiscais às PME.

Em declarações aos jornalistas, [Paulo Portas](#) defendeu que “Portugal tem um dos impostos sobre o rendimento e o trabalho, o IRS, mais complicado da Europa. Temos neste momento oito escalões, oito taxas, e isso significa que quando uma pessoa quer trabalhar mais, quer fazer um esforço suplementar, sobe imediatamente de escalão e de taxa, o que significa que o seu trabalho a mais, em vez de ficar para si, vai direitinho para os cofres do Estado.”

Neste sentido, o líder do CDS defendeu que “num país que precisa de incentivar a produtividade e que deve basear a sua política económica no estímulo e incentivo a quem procura trabalho, precisamos de um IRS mais simples e que permita a ascensão social.”

“Vamos propor uma reforma do IRS que permita ter menos escalões menos taxas menos exceções e menos benefícios, e que permita a quem quer trabalhar mais ficar com o resultado desse esforço em vez de entregar ao Estado tudo aquilo que trabalha a mais”, anunciou o responsável do partido, acrescentando que “se tivermos um IRS com oito taxas e oito escalões dificultamos a mobilidade social.”

Outra das propostas avançadas pelo CDS prende-se com a cedência de créditos fiscais às empresas que, em tempos de recessão, se comprometam a aumentar a capacidade exportadora, o investimento produtivo e a contratação de pessoal.

“Se uma empresa, sobretudo uma PME, contratualizar com o Estado que vai aumentar a sua capacidade exportadora, aumentar o reinvestimento produtivo da empresa ou que vai contratar mais pessoal, isso deve ter como contrapartida um crédito fiscal”, explicou Paulo Portas, sublinhando que “se houver esse esforço, a parte a mais não deve ser sujeita a uma tributação do Estado”.

“O crédito fiscal tem a vantagem de ter um nulo ou escasso impacto nas contas públicas, mas tem a enorme vantagem de ajudar as empresas a contribuir para a produtividade do País”, concluiu o responsável do CDS, deixando a promessa de dar a conhecer o manifesto do partido ainda esta semana.